

ÍNDICE CRONOLÓGICO

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO GERAL	9
DIREITO CONSTITUCIONAL.....	25
CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DA PARAÍBA.....	27
(atualizada até a Emenda Constitucional nº 47, de 2020)	
ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS.....	147
DIREITO ADMINISTRATIVO	161
LEI ESTADUAL Nº 7.486, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2003.....	163
Define o que são obrigações de pequeno valor, para fins que especifica.	
LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 58, de 30 DE DEZEMBRO DE 2003...	165
Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis do Estado da Paraíba	
DECRETO FEDERAL Nº 6.017, DE 17 DE JANEIRO DE 2007.....	211
Regulamenta a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos.	
LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 86, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2008.....	231
Lei Orgânica da Procuradoria Geral da Paraíba	
DECRETO FEDERAL Nº 7.892, DE 23 DE JANEIRO DE 2013.....	275
Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.	

LEI ESTADUAL Nº 10.495, DE 17 DE JULHO DE 2015.....	289
<p>Institui a Câmara de Conciliação de Precatórios e dispõe sobre a celebração de acordos e transações em ações judiciais consolidadas no regime de precatórios do Estado da Paraíba, de sua Administração, Direta e Indireta, e dá outras providências.</p>	
DECRETO ESTADUAL Nº 39.463, DE 18 DE SETEMBRO DE 2019.....	295
<p>Dispõe sobre a celebração de termos de ajustamento de conduta, acordos em processos judiciais ou administrativos, transações, conciliações, autorizações para parcelamento de débitos com o Poder Público, ou qualquer outro tipo de ajuste que importe em assunção de obrigações pelo Poder Público, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado da Paraíba.</p>	
LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021.....	299
<p>Lei de Licitações e Contratos Administrativos.</p>	
DIREITO TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO	411
LEI ESTADUAL Nº 5.123, DE 27 DE JANEIRO DE 1989.....	413
<p>Institui o imposto sobre a transmissão <i>causa mortis</i> e doação de quaisquer bens ou direitos.</p>	
LEI ESTADUAL Nº 6.379, DE 2 DE DEZEMBRO DE 1996.....	431
<p>Trata do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.</p>	
DECRETO ESTADUAL Nº 18.930, DE 19 DE JUNHO DE 1997.....	503
<p>Aprova o regulamento do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS</p>	
LEI ESTADUAL Nº 11.007, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2017.....	1063
<p>Dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA</p>	
DECRETO ESTADUAL Nº 37.814, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017.....	1085
<p>Aprova o Regulamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – RIPVA</p>	
LEI ESTADUAL Nº 10.094, DE 27 DE SETEMBRO DE 2013.....	1117
<p>Dispõe sobre o Ordenamento Processual Tributário, o Processo Administrativo Tributário, bem como sobre a Administração Tributária</p>	
DIREITO AMBIENTAL.....	1177
LEI ESTADUAL Nº 6.002, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1994.....	1179
<p>Institui o Código Florestal do Estado da Paraíba.</p>	

ÍNDICE CRONOLÓGICO

LEI ESTADUAL Nº 6.308, DE 2 DE JULHO DE 1996	1185
Política Estadual de Recursos Hídricos.	
LEI ESTADUAL Nº 9.336, DE 31 DE JANEIRO DE 2011.....	1203
Política Estadual de Mudanças Climáticas.	
DECRETO FEDERAL Nº 99.274, DE 6 DE JUNHO DE 1990	1211
Regulamenta a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõem, respectivamente sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente.	
RESOLUÇÃO CONAMA Nº 1, DE 23 DE JANEIRO DE 1986	1229
Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental.	
RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1997.....	1235
Dispõe sobre conceitos, sujeição, e procedimento para obtenção de Licenciamento Ambiental.	
RESOLUÇÃO CONAMA Nº 302, DE 20 DE MARÇO DE 2002	1249
Dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno.	
RESOLUÇÃO CONAMA Nº 303, DE 20 DE MARÇO DE 2002.....	1253
Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente.	
RESOLUÇÃO CONAMA Nº 378, DE 19 DE OUTUBRO DE 2006.....	1259
Define os empreendimentos potencialmente causadores de impacto ambiental nacional ou regional para fins do disposto no inciso III, § 1º, art. 19 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965.	
RESOLUÇÃO CNRH Nº 16, DE 8 DE MAIO DE 2001.....	1261
Dispõe sobre a outorga de direito de uso de recursos hídricos.	
DIREITO PROCESSUAL CIVIL	1271
LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 96, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2010...	1273
Dispõe sobre a Lei de Organização e Divisão Judiciária do Estado da Paraíba.	
DIREITOS DIFUSOS, SOCIAIS E COLETIVOS.....	1301
LEI ESTADUAL Nº 5.556, DE 14 DE JANEIRO DE 1992.....	1303
Dispõe sobre o percentual de vagas para os deficientes físicos nos concursos públicos no Estado.	

LEI ESTADUAL Nº 7.504, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2003.....	1305
Assegura proteção aos portadores de deficiências no atendimento nos serviços de saúde pública do Estado da Paraíba, e dá outras providências.	
LEI ESTADUAL Nº 8.102, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2006.....	1307
Fundo Especial de Proteção dos Bens, Valores e Interesses Difusos.	
LEI ESTADUAL Nº 8.706, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2008.....	1313
Institui a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - LOSAN, cria o Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - SESAN, com vistas a assegurar direito humano à alimentação adequada.	
DIREITO DA SAÚDE.....	1321
LEI FEDERAL Nº 14.125, DE 10 DE MARÇO DE 2021.....	1323
Responsabilidade civil relativa a eventos adversos pós-vacinação contra a Covid-19 e sobre a aquisição e distribuição de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.	
LEI FEDERAL Nº 14.152, DE 19 DE MAIO DE 2021.....	1325
Extensão do prazo de validade de prescrições médicas e de pedidos de exames complementares de diagnóstico emitidos para gestantes e puérperas, e sobre o acesso facilitado a cuidados intensivos e à internação em leitos de unidade de terapia intensiva (UTI).	
LEI FEDERAL Nº 14.160, DE 2 DE JUNHO DE 2021.....	1327
Estabelecimento de barreiras sanitárias protetivas de áreas indígenas.	